

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.184, DE 28 DE AGOSTO DE 2023

EMENDA Nº , DE 2023
(Do Sr. Julio Lopes)

Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País.

Dê-se nova redação ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.184, de 28 de agosto de 2023, com a inclusão do §10º, nos seguintes termos:

“Art.2º (...)

(...)

§10º Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC constituídos como condomínios fechados não ficarão sujeitos à tributação periódica de que trata o inciso I do caput, sendo que a tributação dos rendimentos das aplicações nestes fundos somente deverá ocorrer na data da distribuição de rendimentos, amortização, resgate ou alienação de cotas, nos termos deste artigo.”

JUSTIFICATIVA

A nova regra geral de tributação para os fundos de investimento, prevista no art. 2º da Medida Provisória 1.184, de 28 de agosto de 2023, implicaria a aplicação do regime de tributação periódica (“come-cotas”) aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC constituídos como condomínio fechado, principal veículo de securitização do país e fonte acessível e barata a crédito.

Contudo, a tributação pelo come-cotas é incompatível com as características dos FIDC constituídos como condômino fechado, que investem predominantemente em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez, bem como em ativos de risco elevado, com performance incerta e sujeitos a grandes variações de rentabilidade.

Em caso de valorização da carteira do FIDC, para se fazer frente ao pagamento do come-cotas, poderia ser necessária a venda de parte ou da totalidade dos ativos, com deságio relevante, gerando prejuízo aos cotistas.



Ainda, por investir em créditos com performance incerta, os cotistas de um FIDC não têm assegurada a materialização de eventual valorização do seu investimento. Essa materialização somente ocorre, de fato, quando há um evento de liquidez (amortização, resgate ou negociação das cotas). Nesse cenário, a antecipação do pagamento de tributos por meio do come-cotas poderia levar ao pagamento sobre ganhos cuja materialização nunca se verificasse.

Desse modo, a aplicação do regime de come-cotas ao FIDC constituído como condômino fechado levaria a um resultado de diminuição dos recursos para este tipo de fundo e seria altamente prejudicial à concessão de crédito para a economia real e ao desenvolvimento do País.

Os FIDC são veículos criados pelo CMN e regulados pela CVM para permitir a securitização e têm sido utilizados justamente para essa finalidade, permitindo a ampliação do acesso ao crédito a pessoas físicas e jurídicas.

De fato, os FIDC permitem a desintermediação bancária, consistindo em uma fonte acessível e barata de capital para as empresas brasileiras dos mais diversos segmentos, especialmente as de micro, pequeno e médio porte. Para muitas delas, incluindo as que se encontram em recuperação judicial, é comum que os FIDC sejam a única fonte de capital disponível.

A enorme relevância dos FIDC para a economia real brasileira tende a se intensificar, considerando a atuação crescente de *fintechs* e os esforços de viabilização de descentralização de crédito pelo Banco Central do Brasil.

Para evitar os graves impactos que a atual redação da MP traria para a concessão de crédito no País, a presente emenda, por meio da inclusão do §10º ao art. 2º, excetua a aplicação do come-cotas aos FIDC constituídos como condomínio fechado, de modo que estes fundos permaneceriam sujeitos à incidência do imposto de renda na data de distribuição de rendimentos, amortização, resgate ou alienação de cotas.

A presente emenda tem também o mérito de esclarecer que os FIDC constituídos como condomínio fechado submetem-se ao mesmo regime geral tributário previsto no art. 2º, exceto em relação à tributação periódica do come-cotas.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado Julio Lopes
(PP-RJ)

